

Uma Viagem Inesquecível

M. I. Rollemberg

Há muito, em razão dos estudos que tenho feito sobre o Santo Sudário, que inclusive resultaram na publicação do livro *O Santo Sudário não é um sudário*, interesse-me igualmente, dentro das possibilidades disponíveis, pelos eventos da história dos *cavaleiros templários*, tão injustamente vilipendiados. Sua história está fortemente ligada à construção da nacionalidade portuguesa por Gualdim Paes e Afonso Henriques, os quais, juntos, construíram a cidadania lusa após expulsarem os mouros das terras portuguesas. Ambos estiveram em Jerusalém durante cerca de cinco anos entre os cavaleiros templários, após os quais voltaram à sua terra natal em condições de expulsar os invasores e selar definitivamente a nacionalidade lusa. Daí os traços da passagem dos templários terem ficado indelévelmente marcados nas construções graníticas que restam ainda hoje entre um número expressivo de aproximadamente trinta e seis castelos. Destes, o mais destacado, sem dúvida, é o de Tomar, onde anos mais tarde D. Manoel, o Venturoso, construiu anexo o Convento da Ordem de Cristo, obra monumental no estilo “manuelino”, por ele criado. Foi para esse castelo que me dirigi, na cidade de Tomar, para satisfazer minha curiosidade e confirmar a grandiosidade da obra templária, deparando-me, logo de início, com sua legenda clássica:

Non nobis, Domine, non nobis, sed nomini Tuo ad gloriam

(Não para nós, Senhor, não para nós, mas para que Teu nome tenha glória)

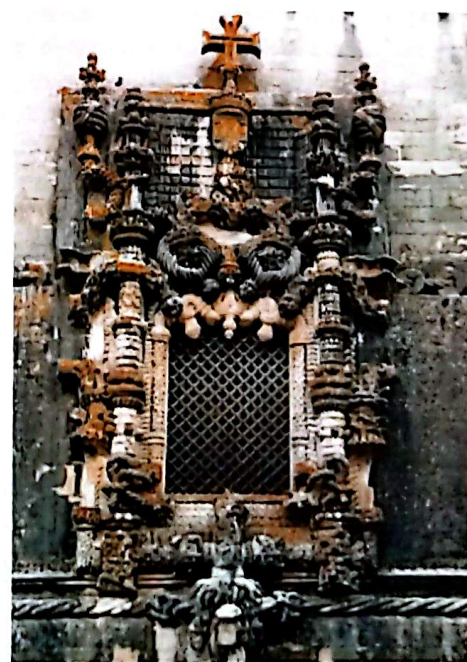
Conseguir descrevê-lo torna-se extremamente difícil ante sua grandiosidade, uma vez que nem mesmo um tratado seria capaz de fazê-lo integralmente. Ainda assim, ao cabo de uma extensa jornada, resta-nos a impressão de que algo não foi visto, algum recanto, algum detalhe, mesmo ao mais exigente olhar.

Nas proximidades da região, não muito longe, está erigido o igualmente enorme castelo de Almourol, em uma ilha do rio Tejo, nessa altura com dimensões avantajadas em razão de sua foz, em Lisboa. Esse castelo também foi confiado a Gualdim Paes, à época Grão-Mestre da Ordem, servindo como posto avançado de defesa da região. Seu acesso é feito por lanchas especiais, que fazem a travessia lotadas, justificando o enorme interesse dos visitantes, tal qual verdadeiros peregrinos que aportam à região.

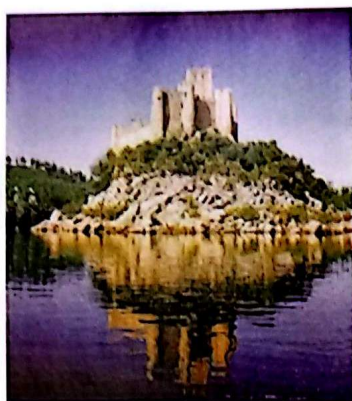
A curiosidade pelas questões templárias em Tomar, além da enorme bibliografia que possuem, pode ser completada pela aquisição de diferentes tomos na bem fornida livraria instalada no convento. Além disso, conseguimos adquirir em um antiquário, dessa vez em Paris, uma réplica de uma espada templária, impressionante em suas dimensões, mostrando-nos, mesmo à distância, que para seu manejo os soldados templários deveriam possuir



Castelo de Tomar — Convento da Ordem de Cristo



Detalhe de arte manuelina — Tomar —
Convento da Ordem de Cristo



Almourol

envergadura avantajada, apropriada para sua manipulação durante seus grandes enfrentamentos.

Após outras visitas em terras lusitanas, encontramos o *grand finale* em Paris. Há muito acompanhamos as apresentações, por meio de DVDs, de André Rieu, diretor e criador da famosa orquestra Johann Strauss. Esta, a partir de 2002, passou a contar com a soprano brasileira Carmen Monarcha, até então desconhecida em nosso meio. No final de abril, o Departamento Cultural da APM brindou-nos em seu grande auditório com uma récita inolvidável da brilhante cantora, em rápida passagem por São Paulo, que se apresentou ao lado do pianista Márcio Gomes. Aliás, esse departamento, capitaneado pelo nosso ilustre amigo e colega Doutor Guido Palomba, tem, com sua coesa equipe, proporcionado a todos nós momentos de verdadeiro enlevo. Com o auditório lotado, os aplausos foram se sucedendo à proporção que sua maviosa voz nos encantava com seu invejável acervo. A tal ponto que, com sua encantadora presença de espírito, dirigiu-nos palavras cheias de generosidade ao afirmar que “seu sonho seria se apresentar sempre diante de uma platéia como aquela!”. Restava, portanto, a possibilidade de vê-la pessoalmente, acompanhada por uma filarmônica, o que nos foi possível nessa audição maravilhosa com a orquestra de André Rieu no Stade de France, em Paris, diante de um público de mais de vinte e cinco mil pessoas. O maestro e exímio violinista Rieu, apesar de provir de uma família de músicos clássicos, conseguiu realizar a proeza de organizar uma filarmônica associando música popular à clássica, aproximando a primeira da segunda, com um resultado harmonioso singular. Além disso, ele tem sempre feito questão de apresentar sua soprano Carmen Monarcha, especializada na universidade de música de sua terra natal, Maastrich, enfatizando de viva voz seu imenso orgulho por contar com a presença dela em seu grupo, sem deixar de citar sua nacionalidade. Quando Carmen apareceu caracterizada de donzela medieval para interpretar a ária — *O mio bambino caro* — de Puccini, produziu em todos nós um misto de emoção e júbilo. Ali estava uma brasileira, como previamente anunciada por André Rieu, brilhando com sua técnica diante daquele enorme número de fervorosos admiradores, a encantar aquela platéia imensa. O som parecia ribombar dentro daquela estrutura construída do modo magnífico, que parecia propositadamente arquitetada para fazer sentir todas as sutilezas da música associada ao bel canto. Fez-nos recordar, de imediato, a experiência vivida em 1998, quando tivemos o privilégio, eu e meus diletos amigos, Ligia e Marinho Florence, de assistir à inauguração, naquele mesmo estádio, da abertura da Copa do Mundo. Com os jogadores do Brasil e Es-



Carmen Monarcha

cócia perfilados, entrou no gramado uma irrepreensível orquestra marcial, que se postou com toda pompa no meio do campo. A uma ordem do maestro, ouviram-se os acordes do Hino Nacional Brasileiro, tão magistralmente executado como ainda não tivera oportunidade de ouvir. Talvez pesassem também o momento, o local e a solenidade. Foram executadas suas duas partes integrais, durante as quais foi impossível sopitar a intensa emoção, acompanhada de lágrimas de alegria e, porque não dizer, orgulho. Após pequeno intervalo, quando ainda não havíamos nos refeito da emoção, a orquestra iniciou a execução da portentosa *Marselbesa*. Lembramo-nos dos velhos tempos em nossa distante Novo Horizonte, quando desfilávamos com o Ginásio Florence pelas ruas empoeiradas da cidade durante os feriados cívicos, com os alunos em seus uniformes de gala impecavelmente brancos, quando a cada parada cantávamos os hinos pátrios, cheios de civismo, inclusive com a *Marselbesa* em seu idioma original, em sua tradução para a língua portuguesa, e, de repente, naquele estádio monumental, com nossos representantes ali postados solenemente no gramado, estávamos subitamente entoando:

*Allons enfants de la Patrie,
le jour de gloire est arrivé ! ...*

Aliás, esse belíssimo hino deve ter influenciado nosso primeiro Imperador, autor do nosso primeiro Hino Nacional, mais tarde da Independência, que em um de seus versos exaltava:

*... já raiou a liberdade,
no horizonte, do Brasil!*

Subitamente, vimo-nos transportados daquele sonho passado, dessa vez para o presente.

Decerto, uma viagem inesquecível.

M. I. Rollemberg
Médico Cirurgião

O Emprego de Algemas no Brasil: aspectos históricos

Ricardo Cardozo de Mello Tucunduva

Privar alguém da liberdade, em nosso país, sempre foi medida excepcional. A partir da época do descobrimento e durante mais de 300 anos — períodos históricos chamados de Brasil Colônia e de Reino Unido ao de Portugal e Algarves —, vigiam aqui as Ordenações, mesma Lei de Portugal. Naquela época, as pessoas de destacada posição social só podiam ser *presos em ferros*, excepcionalmente.

Em outras palavras, a Lei brasileira sempre estabeleceu limites para o *uso de ferros*, dada a óbvia necessidade de se encontrar o ponto de equilíbrio entre a preservação dos direitos sociais, ameaçados pelos delinquentes, e a dos direitos individuais, quer dizer, os direitos dos próprios transgressores.

Hoje em dia, esse *uso de ferros* se restringe ao emprego de algemas. Foram abolidos, a partir de meados do século XIX, a calceta no pé e a corrente de ferro, permitidos pelo Código Penal de 1830, até mesmo em relação aos escravos. Um decreto imperial de 1871 proibiu o deslocamento de presos “com ferros, algemas ou cordas, salvo o caso extremo de segurança, que deverá ser justificado pelo condutor”.

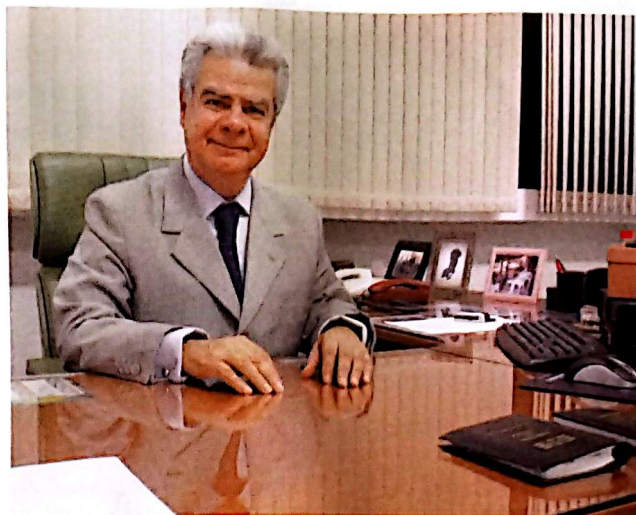
O Código Penal de 1890, a Consolidação das Leis Penais de 1932 e o Código Penal vigente, que é de 1940, não trataram do assunto. No Estado de São Paulo, o Decreto n. 4.405-A, de 17 de abril de 1928, que instituiu o Regulamento Policial, estabelecia que, exceto por questões de segurança, no preso poderiam ser empregados “ferros, algemas ou cordas”, visto que o condutor, no caso de abuso, poderia ser multado pela autoridade a quem fosse apresentado o preso.

Nos dias de hoje, porque é letra morta o disposto pelo art. 199, da Lei de Execução Penal n. 7.210/84, que há quase um quarto de século previa que o assunto deveria ser disciplinado por Decreto Federal, podemos dizer que o uso de algemas está *indiretamente* regulado pelos arts. 284 e 292, do Código de Processo Penal, e pelos arts. 234 e 242, do Código de Processo Penal Militar. É pertinente ressaltar que, no Estado de São Paulo, há ainda o Decreto n. 19.903, de 30 de outubro de 1950, que regula o tema de forma explícita.

Embora possa parecer inútil lembrar, é evidente que o emprego de algemas pressupõe que a prisão imposta a alguém seja legal, isto é, decorrente de flagrante delito ou de ordem judicial. Assim, prisão do tipo “para averiguações”, bem como acompanhada de uso de algemas, constitui duplo abuso de autoridade, passível de punição, nos termos da Lei de Abuso de Autoridade n. 4.898/65.

Diante disso, podemos concluir que são estas — e só estas — as hipóteses que permitem a utilização de algemas:

- se o preso for de conhecida periculosidade;
- se o preso oferecer resistência à prisão ou tentar fugir;
- se terceiro oferecer resistência à prisão da pessoa que deva ser legalmente presa ou tentar ajudá-la a fugir;



— se o preso tentar agredir alguém ou lesionar a si próprio.

Essas mesmas regras devem ser obedecidas no caso de remoção de presos, para realização de trabalhos policiais ou judiciais aos quais eles devam estar presentes (como acareações, audiências, julgamento pelo Tribunal do Júri etc.). Aliás, só a partir da recente modificação no texto do Código de Processo Penal (art. 474, § 3º), que entrou em vigor no dia 9 de agosto de 2008, é que se regulamentou o uso de algemas relativamente aos réus que estejam sendo submetidos a julgamento pelo Tribunal Popular.

Paralelamente, é importante salientar que o art. 10, da Lei n. 9.537/97, que trata da segurança do tráfego em águas sob a jurisdição nacional, permite que o comandante da embarcação ordene “a detenção de pessoa em camarote ou alojamento, se necessário com algemas, quando imprescindível para a manutenção da integridade física de terceiros, da embarcação ou da carga”.

No entanto, exceto nessa situação, quem tiver determinado, ou executado, o ato de algemar alguém, estará infringindo a Lei de Abuso de Autoridade, mais especificamente o seu art. 4º, alínea *b*, que proíbe “submeter pessoa sob a sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei”.

E, realmente, sendo a dignidade humana direito fundamental de todos, segundo estabelece o art. 1º, inc. III, da nossa Carta Magna, é de normas constitucionais que deriva a necessidade de se restringir o emprego de algemas, porque a prática transmite a imagem muito forte de que o indivíduo algemado é mesmo um criminoso, antecipando uma condenação que pode vir a não acontecer, o que fere de morte um outro princípio basilar do nosso Direito — o da presunção da inocência —, expresso no art. 5º, LVII, da Constituição Federal.

Em suma, o emprego de algemas não é regra, é exceção, e só pode ser admitido como forma de garantir a segurança social, a aplicação da Lei Penal e a integridade física daqueles que circundam a pessoa legalmente presa ou a dela própria.

Em razão disso, o Supremo Tribunal Federal editou, em 13 de agosto de 2008, a Súmula Vinculante n. 11, segundo a qual “Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado”.

Ricardo Cardozo de Mello Tucunduva

*Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo
e Professor da Academia de Polícia de São Paulo*

Tolentino Miraglia (1890-1958), Médico e Poeta

João Bosco Assis De Luca



Foto de Tolentino Miraglia reproduzida em seu
livro *Piccola antologia poetica brasiliana*

Os cinquenta anos transcorridos desde o falecimento do escritor ítalo-brasileiro Tolentino Miraglia (1890-1958) já permitem que se proceda a uma avaliação objetiva de sua contribuição literária — contribuição que interessa às duas culturas que o acolheram: a italiana, que o viu nascer e nutriu sua infância, e a brasileira, que o recebeu de braços abertos e acompanhou seus passos até a morte.

Miraglia nasceu em uma pequenina cidade do litoral tirreno situada na transição entre as regiões da Calábria e da Basilicata, San Nicola Arcella (província de Cosenza). Aos nove anos de idade veio para o Brasil, passando a colaborar com os parentes em atividades comerciais que envolviam freqüentes deslocamentos entre os dois países. Nesse meio tempo chegou a produzir, até meados do século XX, quatro volumes de poesia em língua portuguesa e duas coletâneas de

versos (dele próprio) em língua italiana; teve editados ainda um volume de contos infantis, peças de oratória e crônicas dispersas por diferentes publicações periódicas.

De formação autodidata, apoiado na leitura de tudo aquilo que lhe chegava às mãos, colecionou durante várias décadas suas próprias traduções da poesia de autores brasileiros, recolhidas em 1955 em um volume de 164 páginas editado em São Paulo pela Livraria Nobel, com o aval do especialista Giulio Dávide Leoni, membro honorário da Academia Paulista de Letras — volume modestamente intitulado *Piccola antologia poetica brasiliana*, incluído na *Biblioteca di Studi Italiani* dirigida por Leoni.

Nessa antologia, colecionavam-se 131 poemas de 76 poetas (sonetos, em sua maior parte), dispostos ao longo de um arco cronológico excepcionalmente extenso, abrangendo três

séculos de poesia brasileira — desde o seicentista Gregório de Matos até expoentes do modernismo, como Cassiano Ricardo, Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida e Ronald de Carvalho, passando pelos principais representantes do arcadismo mineiro, do romantismo, do parnasianismo e do neoparnasianismo nacionais.

Nas versões elaboradas pelo ítalo-brasileiro, surpreende o grau da identidade estabelecida entre sua própria personalidade literária (claramente direcionada para o universo da elegia) e a musicalidade dos autores traduzidos, identidade evidenciada tanto nas produções arcádicas como naquelas vinculadas ao parnasianismo (por exemplo, em *Udir le stelle*, de Bilac), ou ainda em poemas modernos que transcendem as classificações convencionais (como o nostálgico *Un sorriso*, de Manuel Bandeira).

Transcorrido meio século desde a publicação daquela *Piccola antologia*, poderíamos imaginar que essas versões do médico-poeta calabrês, tão despretensiosamente lançadas em meio à efervescência literária do Brasil de meados do século XX, foram superadas. Mas não foram: pelo contrário, verificamos que o tempo se encarregou de agigantar a pequena brochura de Miraglia — pois as duas culturas que o nutriram houveram por bem adotar o inglês como segunda língua, deixando para trás o proveitoso diálogo outrora estabelecido entre os frateros idiomas português e italiano. Assim, é difícil imaginar que ainda possam surgir literatos com o mesmo empenho que impeliu poetas como Tolentino Miraglia a dedicarem-se à árdua tarefa de traduzir autores brasileiros do passado para uma língua estrangeira, atividade hoje destituída de atrativos de cunho comercial. Sua “pequena antologia” permanecerá como testemunho dessa fecunda comunhão entre as literaturas da Itália e do Brasil, como obra digna de ser colocada ao lado do único livro congênera de que temos notícia: aquele lançado, à mesma época, pela notável pesquisadora italiana Mercedes La Valle, *Un secolo di poesia brasiliana*, coletânea editada em Siena, em 1954, pela Casa Editrice Maia.

Sem formação escolar regular, Tolentino Miraglia tomou a decisão, aos 26 anos de idade, de tornar-se médico. Para isso, submeteu-se a exames que o habilitaram a matricular-se no Ginásio Mineiro e, a seguir, a cursar a universidade (frequentada inicialmente em Belo Horizonte); aos 35 anos, graduava-se médico pela atual Faculdade de Medicina da UFRJ. Em uma de suas visitas à Itália, casou-se, aos vinte anos, com uma prima italiana de dezessete, Maria Miraglia Schiffini, mas não tiveram filhos. Já sexagenário, pressentindo a morte, o médico-poeta decide recompilar sua produção poética mais íntima para falar-nos dessa companheira de jornada e dos demais entes queridos (aí incluídos parentes, colegas e amigos), assim como da Calábria natal. Esse derradeiro livro (editado em Bauru pelas Oficinas Gráficas das

Tipografias e Livrarias Brasil em 1956) foi significativamente denominado *Spinnu*, vocábulo do dialeto calabrês de significado bem próximo da “saudade” portuguesa.

Nascido em San Nicola Arcella em 5 de março de 1890, Tolentino Miraglia recebeu esse nome de batismo em homenagem ao santo medieval Nicola Tolentino; faleceu em Bauru (cidade em que clinicava e na qual chegou a ocupar o cargo de vice-cônsul da Itália, no início da década de 1950), em 22 de dezembro de 1958.



Brasão da comuna de San Nicola Arcella (província de Cosenza, Calábria), cidade natal do poeta

Udir le stelle

Soneto de Olavo Bilac traduzido por Tolentino Miraglia

— Come — direte — udir le stelle? Certo
 Hai perso il senno! Ed io dirò, intanto,
 Che, per udire il celestial concerto,
 Esco al verone, spinto dall'incanto.

E conversiam tutta la notte, inquanto,
 La Via Lattea, come un pallio aperto,
 Scintilla. E, quando l'alba arriva, in pianto,
 Le cerco ancor, nel cielo, ora deserto.

Direte: — Stolto amico, qual conforto
 Trovi a parlar con lor nell'infinito?
 Che dicon, quando stai con loro assorto?

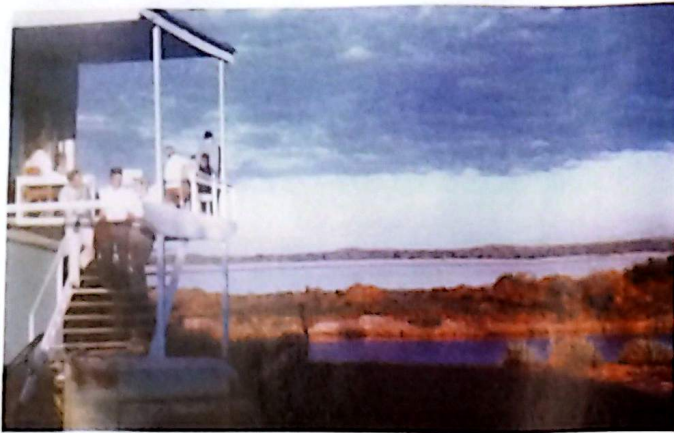
Ed io dirò: — Amate, e le favelle
 Ne saprete. Ché, amando, si ha l'udito
 Per udire e comprendere le stelle!

João Bosco Assis De Luca

Médico Psiquiatra, Membro do Centro de Ciências,
 Letras e Artes de Campinas, da Associação Nacional
 de História e da União Brasileira de Escritores

Caravanas Médicas ao Araguaia

Roberto G. Baruzzi



1965



1969

Em poucas semanas, de março a junho deste ano, tivemos o falecimento de três ilustres professores: Vicente Forte, cirurgião do tórax; José Carlos de Andrade, cirurgião cardíaco; e Osvaldo Monteiro de Barros, oftalmologista. Nossas lembranças desses colegas retroagem à década de 1960, ao tempo das Caravanas Médicas ao Médio Rio Araguaia.

Caravana Médica de São Paulo, dirigida pelo Dr. Osvaldo Monteiro de Barros, está de partida para o Araguaia, para atender à população local.

Essa notícia, publicada em meados de 1962, em *A Gazeta*, na época vespertino de grande circulação em São Paulo, chamou minha atenção. Algum tempo depois, por mero acaso, viemos a conhecer Osvaldo Monteiro de Barros. Desse encontro nasceu o convite para que participássemos da caravana médica seguinte.

Após algumas reuniões preparatórias na casa de Osvaldo, foi marcada a viagem para o início do mês de julho de 1963. O DC-3 da FAB, que levantou voo de São Paulo, levava 20 passageiros, entre médicos e alunos da Faculdade de Medicina da USP e da Escola Paulista de Medicina. Depois de descer em Aragarças e pernoitar em Xavantina, a aeronave pousou em Santa Isabel, na ilha do Bananal, onde deixou metade da equipe. Entre aqueles que desembarcaram, três participantes (Vicente Forte e Samuel Reibschied, residentes, e Roberto Baruzzi, médico) foram levados de barco para Santa Teresinha, na outra margem do rio Araguaia, norte de Mato Grosso. Os demais, com Osvaldo Monteiro de Barros, prosseguiram no voo até Conceição do Araguaia, às margens do rio Araguaia,

no sul do Pará. Dessa localidade, um subgrupo se deslocou para Araguacema, próximo dos limites com o Estado de Mato Grosso.

Santa Teresinha era um povoado de lavradores e pescadores. Fomos recebidos pelo padre Francisco Jentel, de origem francesa que, com dona Paula, irmã leiga, desenvolvia intenso trabalho em prol da comunidade. Ficamos alojados em uma casa contígua à igreja e passamos a atender os habitantes locais e de lugarejos próximos, como Mato Verde, Furo de Pedra e Luciara, atraídos pela notícia de que havia médicos na área. O atendimento se estendeu aos índios Tapirapé, do rio de mesmo nome, afluente do Araguaia.

O padre Jentel mantinha freqüentes contatos com órgãos governamentais em Brasília e com pessoas amigas em São Paulo e Rio de Janeiro para conseguir apoio para seus projetos, visando à melhoria das condições de vida da população. Com a Revolução de 1964, passou a sofrer forte pressão por parte de Companhias Agrícolas e fazendeiros que reivindicavam terras de Santa Teresinha e de áreas próximas, procurando desalojar famílias que viviam na região há longo tempo. Com o apoio da comunidade, padre Jentel organizou uma Cooperativa de Consumo, cuja sede foi derrubada por um trator a mando de fazendeiros; reconstruída, sofreu novo ataque, mas dessa vez os assaltantes foram repelidos à bala. Acusado de subversivo, o padre Jentel foi levado a julgamento em Três Lagoas (MT), com a censura impedindo notícias a respeito. Foi condenado, expulso do país, exilando-se na França. Algum tempo depois, retornou ao Brasil, pelo Nordeste, sendo preso novamente próximo à residência de Dom Aloísio Lorscheider, arcebispo

de Fortaleza, na qual se hospedara. Levado ao Rio de Janeiro, teve expulsão sumária. Desgostoso, faleceu na França três anos depois.

Em julho de 1964, a III Caravana Médica ao Araguaia contou também com médicos, dentistas e alunos, repetindo o itinerário anterior. O grupo de Conceição do Araguaia atendia no pequeno hospital de uma ordem religiosa católica e estendia seu atendimento, graças ao apoio de uma aeronave de menor porte da FAB, às aldeias dos índios Gorotire, no rio Fresco, e Kuben-Kan-Kren, no Riozinho, distantes cerca de uma hora de voo. Os Kuben-Kan-Kren haviam sido contatados pouco antes e, por ocasião da visita da equipe médica, a aldeia de cerca de 400 habitantes estava praticamente vazia. Grassava uma epidemia de coqueluche e os índios buscaram refúgio nas matas próximas.

No hospital de Conceição do Araguaia era possível realizar pequenas cirurgias, mas em uma tarde foi internado um paciente cujo caso assumiu maior gravidade. Era um adolescente de cerca de 14 anos que tinha sido atingido no abdômen pelo coice de uma mula. Fora internado para observação e aos poucos se configurou um quadro de hemorragia abdominal por provável ruptura do baço. A cirurgia era imperiosa e não havia como, dada a proximidade da noite, ser chamado um avião de Belém para a remoção do paciente. Apesar da falta de condições ideais, a cirurgia foi realizada com sucesso por um dos médicos residentes da equipe, utilizando-se, inclusive, lanternas de mão para melhorar a iluminação da sala de cirurgia.

Na viagem de volta a São Paulo, depois de recolher as equipes que se reuniram em Conceição do Araguaia e Santa Isabel, o avião da FAB desviou-se da rota para deixar um piloto no Posto Leonardo Villas Bôas, no Parque Indígena do Xingu (MT). Esse fato, como veremos, viria a ter importantes desdobramentos futuros na área da saúde. Assim que a aeronave pousou, uma pessoa, que depois soubemos ser Álvaro Villas Bôas, irmão mais moço de Cláudio e Orlando, aproximou-se e perguntou se havia um médico para atender um doente que estava no Posto. Para lá fomos e examinamos o índio, um caso sem maior gravidade. Essa rápida passagem despertou nosso interesse em conhecer melhor o trabalho de apoio e preservação física e cultural de povos indígenas ali desenvolvido pelos Villas Bôas.

Algum tempo depois, em São Paulo, tivemos a oportunidade de conhecer Orlando quando este veio ao Hospital São Paulo acompanhando um trabalhador do Parque que necessitava de cuidados médicos. Por reportagens de jornais, soubera da participação da EPM nas Caravanas Médicas ao Araguaia e, nesse encontro, fez o convite para que um grupo de médicos fosse ao Parque Indígena do Xingu para avaliar as condições de saúde da população.

Esse convite concretizou-se em julho de 1965, quando o avião da FAB transportou 13 passageiros para o Araguaia e sete para o Parque Indígena do Xingu, momento em que ficou evidente aos médicos a necessidade de um programa de saúde

que tivesse continuidade, para melhorar as condições de saúde da população. Por acordo assinado por Orlando, como Diretor do Parque Indígena do Xingu, e por Walter Leser, chefe do Departamento de Medicina Preventiva, a EPM se comprometeu a enviar equipes médicas periódicas ou, quando se fizesse necessário, em situações epidêmicas; a iniciar um programa de vacinação; a assegurar a retaguarda hospitalar no Hospital São Paulo da EPM. A FAB mantinha um voo semanal entre São Paulo e o Xingu, que possibilitava o transporte de equipes médicas e a remoção de pacientes.

O programa de saúde da EPM, atual Universidade Federal de São Paulo, no Parque Indígena do Xingu completa este ano seu 43º aniversário de ação ininterrupta em termos de assistência, ensino e pesquisa.

Em 1968, a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada no ano anterior em substituição ao Serviço de Proteção aos Índios, convidou a EPM para orientar a reforma do Hospital do Índio, em Santa Isabel, na ilha do Bananal. O hospital, bem como um hotel, uma escola e a residência presidencial — o Alvoradinha, em local muito bonito, às margens do rio Araguaia, haviam sido construídos na Operação Bananal, desencadeada por Juscelino Kubitschek ao final de seu governo. A aldeia estava em terras dos Carajá e ali se localizava uma das duas maiores aldeias desses índios. Santa Isabel contava ainda com uma base da FAB, com excelente campo de pouso. A equipe médica ficou hospedada no hotel, que dispunha de 30 apartamentos e que recebera o nome de John Kennedy, após a Revolução de 64, segundo consta, para aproveitar o monograma JK das baixelas e da roupa de cama e mesa.

A reabertura do hospital, devidamente equipado, ocorreu em 21 de abril de 1968, recebendo logo a seguir o primeiro paciente a ser internado — uma criança Carajá de poucos meses acometida por processo infeccioso com acentuado comprometimento do quadro geral. Anexo ao hospital foi instalado o Centro de Pesquisas Tropicais da EPM, capacitado a realizar os exames laboratoriais mais solicitados, incluindo a pesquisa do bacilo de Koch no escarro e do plasmódio no sangue periférico. Foram diagnosticados vários casos de tuberculose, sendo instituído tratamento específico com supervisão direta na aldeia. Durante a permanência da equipe médica foi feito o levantamento das condições de saúde dos Carajá das aldeias de Santa Isabel e Fontoura, na parte norte da ilha do Bananal, com abertura das respectivas fichas médicas.

Dessa fase, ligada à reabertura do Hospital do Índio, participaram da equipe da EPM, entre outros, os médicos residentes José Carlos de Andrade (conhecido por Dr. Passarinho, pseudônimo que sempre o acompanhou ao longo da carreira docente), Paulo de Lima Pontes e o aluno Rubens Belfort de Mattos Jr., futuros professores da EPM, além do doutorando Erkki Larsson.

Para assegurar o funcionamento do hospital de Santa Isabel, foi firmado um convênio entre a Funai e a EPM, mediante o

qual a Escola se comprometia a enviar dois médicos residentes para uma permanência de 30 dias, em sistema de rodízio. No intuito de se evitar o fluxo de pacientes não-índios ao hospital, estes eram atendidos em São Felix do Araguaia (MT), com a travessia do rio Araguaia por barco. O convênio durou cerca de dois anos, sendo desativado a pedido da Funai. Pode-se dizer que foi uma experiência muito proveitosa para os médicos residentes e para a EPM.

Com o decorrer dos anos, mantivemos contatos esporádicos com Vicente Forte e José Carlos de Andrade, na EPM, e, mais

raros, com Oswaldo Monteiro de Barros. Ainda hoje, persiste a lembrança dos bons tempos das Caravanas Médicas ao Araguaia e do convívio com esses colegas, que homenageamos nestas notas de memória.

Roberto G. Baruzzi
Médico e Professor Universitário

"Fazer Febre" e a Síndrome de Münchhausen

Arary da Cruz Tiriba

Doutorando comenta a evolução clínica e apela para o modismo: "doente está fazendo febre", "doente fez pneumonia." Saberá, o paciente, como produzir a febre ou como fazer pneumonia? Terá ouvido falar em pirogênio endógeno ou pirogênio exógeno? Certamente não; na enfermaria, praticando a laborterapia, faz dobraduras, desenhos, assim, ocupando o tempo: porém, "doente que faz febre, febre manufaturada?!!!"

No passado, não raro, o médico provocou febre, o que significava produzir hipertermia por injeção de solução de proteína, por inoculação de sangue parasitado pelo agente da malária, por exemplo, como terapêutica da sífilis, objetivo que só viria a ser alcançado com a penicilina de Fleming.

Por que não dizer "apresentou febre"? Pneumonia, igualmente, não é feita pelo doente; ele, doente, é o agente passivo da preocupante infecção respiratória; o contumaz fazedor da pneumonia, esse sim, é o *Streptococcus pneumoniae*, o conhecido pneumococo.

No entanto, *dans la médecine comme dans l'amour ni jamais ni toujours*, a febre artificiosa existe. Conhecem-na os experientes profissionais da área de medicina do trabalho. No caso, trata-se do fazedor de febre para simular doença, para alcançar a dispensa, o afastamento temporário da empresa...

Estranhamente, no conceituado *Dorland medical dictionary*, *fever* é explicada com incontáveis adjetivos, mas sem alusão à febre forjada, à febre fraudulenta.

A propósito, é pertinente comentar sobre o histriônico personagem, Karl Friederich Hieronymus Münchhausen (1720-1797), barão alemão, militar itinerante que lutou a serviço da Rússia contra os turcos. Após a guerra, o barão costumava fabular sobre a guerra e seus atos heróicos, o reputado narrador de petalhadadas! Vencera um exército inteiro fantasiado de galinha, conseguira sair de um poço muito fundo puxando os próprios cabelos, cavalgara em uma bala de canhão, ficara pendurado com seu cavalo na torre de uma igreja, entre tantas outras estapafúrdias!

Que fique tranquilo o doutorando. Efetivamente, a febre pode ser fabricada, não pelo paciente, mas por alguém saudável e imaginativo: o fraudador. Contudo, no caso da última situação, a suposta febre *factícia* poderia ser classificada como "síndrome de Münchhausen".

Arary da Cruz Tiriba
Professor Titular Aposentado (em atuação voluntária) da Unifesp/EPM e Membro Emérito da Academia de Medicina de São Paulo

DEPARTAMENTO CULTURAL

Diretor: Ivan de Melo Araújo – **Diretor Adjunto:** Guido Arturo Palomba

Conselho Cultural: Duílio Crispim Farina [presidente (*in memoriam*)] – Celso Carlos de Campos Guerra (*in memoriam*)
José Roberto de Souza Baratella – Rubens Sergio Góes – Rui Telles Pereira

Cinemateca: Wimer Botura Júnior – **Pinacoteca:** Aldir Mendes de Souza (*in memoriam*)

Museu de História da Medicina: Jorge Michalany

O Suplemento Cultural somente publica matérias assinadas, as quais não são de responsabilidade da Associação Paulista de Medicina.